

ATA Nº2 | CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

No dia sete de julho de dois mil e vinte e seis, teve lugar a segunda reunião do Conselho Municipal de Educação, referente ao mandato autárquico 2025/2029. Enquanto órgão municipal de coordenação, consulta e concertação no domínio da educação, o Conselho prosseguiu a sua missão de promover a articulação entre os diversos intervenientes do sistema educativo e os parceiros institucionais, acompanhando a realidade educativa do concelho e contribuindo para a definição de medidas que reforcem a qualidade, a eficiência e a eficácia das respostas educativas.

Relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, referente à aprovação da ata da reunião realizada em 24 de março de 2026, a mesma foi aprovada por unanimidade dos membros presentes naquela reunião e que se encontravam presentes na sessão.

No que respeita ao segundo ponto da ordem de trabalhos, relativo à análise do ano letivo 2025/2026, o Presidente do Conselho deu a palavra ao Diretor do Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia, Salvador Ferreira, que começou por referir que o ano letivo decorreu de forma globalmente positiva, embora a sua fase final se tenha revelado particularmente exigente, em consequência da reestruturação do Ministério da Educação, a qual tem evidenciado algumas dificuldades de comunicação entre a tutela e os agrupamentos de escolas.

Destacou, em particular, as alterações introduzidas pela tutela no processo de constituição e validação das turmas pelos diretores, considerando que estas poderão vir a refletir-se na organização e no funcionamento do próprio Agrupamento.

Relativamente aos exames nacionais, manifestou preocupação com o novo modelo de funcionamento, salientando os sucessivos adiamentos na divulgação dos resultados, situação que compromete os prazos das matrículas para a segunda fase e prolonga este processo até ao mês de agosto. Referiu que esta circunstância tem gerado alguma apreensão junto dos alunos e dos respetivos encarregados de educação. No que diz respeito aos recursos humanos, informou que o ano letivo iniciou sem carência de docentes em qualquer grupo de recrutamento. Todavia, as ausências verificadas ao longo do ano letivo, motivadas por baixas médicas, originaram alguns constrangimentos na substituição de professores e na gestão dos respetivos horários.

De seguida, usou da palavra a Diretora da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo, Susana Massa, que informou que, no decurso do ano letivo 2025/2026, estiveram em funcionamento seis cursos profissionais. Salientou que os alunos que concluíram este ciclo de ensino registaram uma taxa de empregabilidade bastante elevada, tendo muitos deles celebrado contratos de trabalho com as entidades onde realizaram a Formação em Contexto de Trabalho, o que, na sua perspetiva, demonstra a qualidade da formação ministrada pela Escola e a adequada preparação dos seus alunos para o mercado de trabalho. Referiu, ainda, que alguns dos alunos que terminaram já efetuaram matrícula no Curso de Especialização Tecnológica (CET) em Gestão Hoteleira e Alojamento, igualmente ministrado pela Escola, enquanto outros aguardam a divulgação dos resultados dos exames nacionais para poderem apresentar candidatura ao ensino superior.

A Diretora da Escola manifestou, ainda, o seu agradecimento ao Presidente do Conselho Municipal de Educação e Presidente da Câmara Municipal, José Manuel Gonçalves, pelos sucessivos esforços desenvolvidos no sentido de assegurar a manutenção da designação do curso na área da Vitivinicultura. Salientou a importância da decisão tomada, que permitiu a manutenção desta área estratégica para a região, agora com a designação de Viticultura, Enologia e Enoturismo.

Sublinhou que a componente da Viticultura se mantém como elemento estruturante da oferta formativa, sendo agora reforçada pelas vertentes da Enologia e do Enoturismo, áreas que considerou de elevada relevância para responder às necessidades e potencialidades do território duriense.

A Diretora da Escola referiu, igualmente, que a extinção da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) criou um vazio no que respeita ao processo de contratação temporária dos assistentes operacionais necessários ao funcionamento da residência escolar. Esclareceu que esta valência acolhe atualmente 64 alunos, assegurando um funcionamento permanente, 24 horas por dia, incluindo fins de semana e períodos de interrupção letiva, o que exige a manutenção de recursos humanos adequados.

Acrescentou que esta situação, anteriormente articulada com a extinta DGEstE, permanece sem qualquer esclarecimento por parte da tutela, não obstante os sucessivos contactos e mensagens de correio eletrónico remetidos, manifestando preocupação quanto à ausência de orientações que permitam assegurar a o normal funcionamento da residência escolar no início do ano letivo 2026/2027.

Manifestou, igualmente, preocupação pelo facto de a Escola ministrar exclusivamente cursos profissionais, circunstância que implica que os alunos ingressem diretamente no 10.º ano de escolaridade, sem terem frequentado os ciclos de ensino anteriores naquele estabelecimento. Referiu que esta situação tem originado alguns constrangimentos no processo de matrícula, uma vez que as escolas de origem nem sempre procedem, em tempo útil, ao desbloqueio dos alunos que pretendem transferir-se para a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo.

Neste contexto, apelou à celeridade na conclusão destes procedimentos administrativos, salientando que a constituição e aprovação das turmas depende da existência de um número mínimo de 22 alunos, pelo que eventuais atrasos no desbloqueio das matrículas poderão comprometer a viabilidade da abertura de algumas turmas.

Concluiu a sua intervenção destacando a importância de reforçar a parceria e a cooperação entre os estabelecimentos de ensino do concelho, defendendo a promoção de iniciativas conjuntas que permitam divulgar a oferta formativa existente. Considerou que estas ações possibilitariam aos alunos e respetivos encarregados de educação conhecer, de forma mais aprofundada, os diferentes cursos ministrados, as respetivas matrizes curriculares e as instalações das escolas, contribuindo para uma escolha mais consciente e devidamente informada do seu percurso educativo.

Seguiu-se a intervenção dos representantes das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) com valência de educação pré-escolar no concelho, encontrando-se presentes representantes de duas das quatro instituições existentes.

Em representação da Associação O Baguinho, o membro da Direção, Tiago Ribeiro, informou que o ano letivo decorreu com normalidade. Contudo, manifestou preocupação relativamente ao início do ano letivo 2026/2027, prevendo a repetição dos constrangimentos verificados em anos anteriores, em particular na valência de creche.

Explicou que, devido às especificidades desta resposta educativa, a admissão das crianças ocorre de forma faseada ao longo do primeiro período letivo, à medida que estas reúnem as condições para integrar a creche, o que dificulta a definição do número efetivo de utentes no início do ano letivo e condiciona a organização e gestão da resposta educativa.

Relativamente ao Patronato Padre Alberto Teixeira de Carvalho, a representante da direção, Cármen Sofia Nunes, informou que, no decurso do ano letivo 2025/2026, abriu uma nova sala de educação pré-escolar, permitindo alargar a capacidade de resposta da instituição. Referiu, ainda, que esta valência foi frequentada por um total de 63 crianças ao longo do ano letivo.

Usou, de seguida, da palavra o Presidente do Conselho Municipal de Educação, que informou os membros da decisão da Santa Casa da Misericórdia de reduzir a oferta da valência de educação pré-escolar, passando a funcionar, no ano letivo 2026/2027, apenas duas salas.

Acrescentou que foi realizada uma reunião com todos os estabelecimentos de ensino, públicos e privados, com valência de educação pré-escolar, tendo sido possível concluir que a oferta existente no concelho é suficiente para dar resposta às necessidades identificadas neste nível de ensino.

O Presidente manifestou, igualmente, a sua preocupação relativamente à diferença de tratamento entre o ensino pré-escolar da rede pública, cuja frequência é gratuita, e o das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), onde a comparticipação das famílias é calculada em função dos respetivos rendimentos, de acordo com a legislação aplicável. Defendeu que a gratuidade da educação pré-escolar deveria ser assegurada a todas as crianças, independentemente da entidade promotora da resposta educativa, comprometendo-se a sensibilizar as entidades competentes para esta matéria.

Por último, apelou ao reforço da articulação e do espírito de cooperação entre o Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia e a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo, defendendo uma atuação concertada na divulgação e valorização do ensino profissional. Salientou que o objetivo comum deverá centrar-se na orientação dos alunos para os percursos mais adequados às suas aptidões, interesses e expectativas, tendo em vista o seu sucesso educativo, a integração no mercado de trabalho e o desenvolvimento do concelho.

De seguida, usou da palavra Ana Sousa, Presidente da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia, que fez um balanço bastante positivo do ano letivo 2025/2026. Referiu que a relação institucional e o diálogo mantidos com o Agrupamento decorreram sempre num clima de cordialidade, cooperação e disponibilidade, salientando que as solicitações apresentadas pela Associação de Pais foram acolhidas e objeto de resposta por parte da Direção do Agrupamento.

De seguida, usou da palavra a representante dos Serviços Públicos de Saúde, Maria de Lurdes Loureiro, que começou por referir que, à semelhança do setor da educação, também a área da saúde se encontra a atravessar um período de mudança, nomeadamente ao nível do modelo de governação.

No que respeita à Saúde Escolar, informou que o novo Programa de Saúde Escolar, a implementar no ano letivo 2026/2027, manterá as principais áreas de intervenção já desenvolvidas, designadamente a promoção da saúde mental, da alimentação saudável e de outros eixos prioritários de promoção da saúde. Referiu, ainda, que, no âmbito da saúde mental, a equipa de Saúde Escolar implementou, durante o ano letivo, o Programa +Contigo, desenvolvido pela Unidade Local de Saúde de Coimbra, em parceria com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra.

Acrescentou que aguarda a receção da informação relativa à implementação dos diversos programas nos estabelecimentos de ensino do concelho, com o objetivo de compilar os dados recolhidos, proceder à respetiva análise e apresentar os resultados obtidos, bem como as conclusões e considerações finais.

Relativamente ao Programa de Saúde Oral, informou que se perspetivam alterações ao modelo atualmente em vigor, designadamente no que respeita à atribuição dos cheques-dentista, referindo que muitos destes acabam por não ser utilizados pelos alunos. Manifestou, contudo, a expectativa de que esta situação possa vir a ser minimizada com a entrada em funcionamento do Hospital D. Luiz I, o qual ficará dotado de um gabinete de medicina dentária, permitindo reforçar a resposta nesta área.

Não havendo mais assuntos a tratar, usou da palavra o Presidente da Assembleia Municipal, Artur Soveral de Andrade, que encerrou a reunião, começando por enaltecer o trabalho desenvolvido por todos os agentes educativos e parceiros representados no Conselho Municipal de Educação.

Na sua intervenção, destacou a educação como um dos pilares fundamentais do desenvolvimento da sociedade, salientando o seu papel determinante na formação de cidadãos mais qualificados, participativos e preparados para os desafios do futuro. Sublinhou, ainda, a importância do trabalho em rede e da cooperação entre todas as entidades com responsabilidades na área da educação, considerando que apenas através de uma atuação concertada será possível responder de forma eficaz às necessidades da comunidade educativa.

Evidenciou, igualmente, a relevância do ensino profissional para o desenvolvimento económico e social do concelho, defendendo que a oferta formativa deve continuar a privilegiar a qualificação de mão de obra

especializada, capaz de responder às necessidades das empresas e de promover a fixação de jovens no território.

Por último, manifestou a total disponibilidade e abertura da Assembleia Municipal para acolher e acompanhar todas as questões, preocupações ou propostas que venham a ser identificadas pelos diferentes parceiros educativos, reafirmando a receptividade daquele órgão para contribuir, no âmbito das suas competências, para a procura de soluções que reforcem a qualidade da educação no concelho.

O Presidente do Conselho Municipal de Educação



José Manuel Gonçalves

Secretariou o Conselho Municipal de Educação



Mónica Valente